

PORTARIA nº 08/MPC/GABMBCM, 09 de outubro de 2017.

INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO N. 034.2017.041

Tomando conhecimento por meio da Notícia de Irregularidade nº 299/2017, de falhas no Consórcio Municipal de Iluminação Pública – CIDES do Município de Araporã e outros, de “contratações emergenciais”, em tese, eivadas de falhas nas fiscalizações contratuais e prestação de serviços, com desvio de finalidade no emprego das receitas oriundas da contribuição para iluminação pública;

considerando as competências remetidas ao Ministério Público pelo art. 26, inciso I, da Lei federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, relativas à atribuição de instaurar medidas e procedimentos no exercício de suas funções, em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

considerando por fim, o disposto no artigo 2º, inciso III c/c § 2º e, c/c o artigo 3º, todos da Resolução MPC-MG nº 07 de 21 de novembro de 2013, **RESOLVO**, no uso das minhas atribuições funcionais, **INSTAURAR PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO** para apurar os fatos trazidos à baila, que, em tese, ensejam graves irregularidades e danos ao erário público, fulminando os princípios administrativos da moralidade, eficiência e legalidade, todos em descompasso com a Constituição da República, do Estado e das leis aplicáveis à espécie.

Após a adoção das medidas cabíveis, determino que os autos retornem conclusos ao meu Gabinete, para ulteriores deliberações

Autue-se, publique-se e cumpra-se.

Belo Horizonte, 09 de outubro de 2017

Marcílio Barenco Corrêa de Mello

Procurador do Ministério Público de Contas.